

Entrevista



**VIOLÊNCIA, DEMOCRACIA E CONFLITOS PÓS-ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE.  
ENTREVISTA COM SEVERINO NGOENHA**

*Por Severino Ngoenha; Joaquim Miranda Maloa; Ivanilson Tomás António; Plácido Bento Miguel, Aide Francisco Baraca; Nelo Samuel Manuel & Honda Mário*

*Severino Ngoenha*

Reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM) e Professor Catedrático da Universidade Pedagógica de Maputo –UP

*Joaquim Miranda Maloa*

Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociência da Universidade Rovuma, Niassa, Departamento de Geociências, Moçambique  
<http://orcid.org/0000-0002-9277-2133>  
Contato: joaquimmaloa@gmail.com

*Ivanilson Tomás António*

Licenciado em Geografia da Universidade Rovuma, Niassa, Moçambique  
<https://orcid.org/0009-0007-7516-7920>  
Contato: Ivanilsonsantantonio7@gmail.com

*Plácido Bento Miguel*

Licenciado em Geografia da Universidade Rovuma -Niassa, Moçambique  
<https://orcid.org/0009-0005-2717-3256>  
Contato: bentomiguel994@gmail.com

*Aide Francisco Baraca*

Licenciado em Administração Pública da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.  
<https://orcid.org/0009-0006-4905-4001>

*Nelo Samuel Manuel*

Licenciado em Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos pela Universidade Católica de Moçambique, Lichinga  
<https://orcid.org/0009-0003-9714-6574>  
Contato: nelomomadally@gmail.com

*Honda Mário Chambone*

Graduando em Ensino de Inglês na Universidade Rovuma, Niassa, Moçambique  
<https://orcid.org/0009-0006-3199-0803>  
Contato: Hondabreezy10@gmail.com

Como citar:

NGOENHA, S; MALOA, J.M; ANTÓNIO, I.T; PLÁCIDO, M.B; BARACA, A.F; MANUEL, N.S; CHAMBONE, H.M. Violência, democracia e conflitos pós-eleitoral em Moçambique. Entrevista com Severino Ngoenha. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 6-28, jan.-jun., 2025

**Biografia:** Severino Ngoenha é Reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM) e Professor Catedrático pela Universidade Pedagógica de Maputo –UP. Nasceu em Maputo, no ano de 1962. Possui graduação em Teologia e Doutorado em Filosofia pela Universidade Gregoriana em Roma. No ano de 2010, integrou-se ao Departamento de Filosofia da Universidade Pedagógica de Moçambique. Foi Professor Associado do Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Lausanne, Suíça. Suas pesquisas situam-se na área de antropologia, pensamento africano, filosofia da educação e interculturalidade. Tem sido considerado pela academia moçambicana como o mais influente filósofo da África.





## Entrevista com Severino Ngoenha<sup>1</sup>

Boletim GeoÁfrica. *Professor Severino Ngoenha, gostaríamos de começar esta nossa conversa olhando a questão da nossa situação sociopolítica que nos últimos anos, principalmente desde 2024 e 2025 agitou o nosso país e gostaríamos de saber do professor, quais são as suas angústias em relação a essa situação que agitou o país durante esse período de 2024 a 2025?*

**Professor Catedrático Severino Ngoenha.** Nós passamos por diferentes fases e, refiro-me simplesmente ao Moçambique que faz 50 anos no próximo mês. Desde a nossa independência os dramas começaram muito depressa. Nós tornamos independentes em Junho de 1975 e em Novembro entrámos em uma nova guerra, que era uma guerra de agressão. Era a Rodésia do Sul que invadiu Chicualacuala. Quando eu disse isto recordava do presidente Chissano numa conversa, em que me disse que houve um primeiro ataque do exército de Ian Smith numa petrolífera na Beira. Depois disso, Moçambique não parou de passar por vicissitudes estranhas ao longo de 16 anos. A historiografia política oficial, sobretudo estrangeira, fala de guerra civil, mas na verdade começou como uma guerra de agressão sempre com a África do Sul. Depois, no meio de tudo isto, tornou-se numa resistência nacional moçambicana. Não vamos fazer um juízo axiológico em termos de valores do que isso poderia querer dizer, mas a verdade é que acabou somando 16 anos em que muitas pessoas foram mortas, muitas infraestruturas destruídas, muitas relações sociais destabilizadas.

Quando assinámos os acordos em Roma, nós estávamos convencidos de virar a página da guerra, das confrontações e dos conflitos, mas isso pressupunha também virarmos a maneira de vivermos juntos, a maneira de fazer o nosso contrato social e de nos posicionarmos a nível da política. Passávamos de um partido único, da Frelimo única, vencedora da guerra e proclamadora da independência, à abertura do espaço político para muitos intervenientes. Nasceram partidos políticos e organizações, mas isso não foi de natureza a acalmar os conflitos porque, periodicamente, isso coincidia com a periodicidade de eleições. Nós tivemos sempre escaramuças importantes, que algumas vezes se tornavam verdadeiros conflitos, em que eram necessários

---

<sup>1</sup> O Centro de Pesquisa e Promoção Social (CPS)<sup>1</sup> entrevistou o Professor Catedrático Severino Ngoenha, na Sala de Eventos da Quiosque e Residencial na Sandra, após o lançamento do livro “O Desafio Moçambicano da Laicidade (2025)”, realizado no Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociência da Universidade Rovuma (ISDRB – UniRovuma), no Campus de Nangala na cidade de Lichinga, promovida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).



blindados para que as pessoas possam atravessar a zona da Gorongosa no Centro de Moçambique e etc.

E quando menos esperávamos, quando víamos na descoberta de recursos do nosso país uma oportunidade para termos algum dinheiro, para fazer aquelas coisas que são essenciais para nós, refiro-me a questão de educação, da saúde, de infraestruturas e combate a fome, porque três quartos dos moçambicanos vivem praticamente na miséria e no fundo isso trouxe-nos dissabores ainda maiores. Uma guerra começa em Cabo Delgado, que a gente chama como quiser, guerra jihadista, guerra porque as populações são pobres, guerras porque há desavenças na Frelimo, mas eu continuo a pensar e a defender que se trata de uma de uma guerra de um "*petrojihadismo*". Quer dizer que, na origem de tudo, está a questão do jihadismo e se você olhar para historiografia africana de 1962, a primeira independência, o primeiro país em conflito, a Nigéria teve a guerra da Biafra, que matou muita gente e meteu a África no mapa miserabilista do mundo. Via-se rapazes de Biafra nus, sem comida e sem condições, enfim que só iam repetir-se primeiro com a guerra da Etiópia e mais tarde com a Somália ou Ruanda e agora somos nós em Moçambique no meio de tudo isto.

8

Esta guerra não acabou, entretanto, o processo eleitoral continuou e recaímos em reboiços sistémicos em que eleições significam conflitos. Este conflito teve proporções enormes, e eu acho que não se pode o entender simplesmente a nível político. A nível político aconteceu uma coisa. Esta é uma minha interpretação. Acho que escrevi isto num livro que intitulado "*Terceira questão*". Os acordos de Roma criaram bipartidarismo, um sistema bipolar (Frelimo e Renamo), e tudo o que foi pensado desde o Conselho de Estado com a representação, a Constituição de Parlamento, etc., era em função dos dois partidos. Mas havia preocupação na Frelimo de nunca perder as eleições, o que é normal para qualquer partido que está a governar. Havia também na Renamo a ideia de ganhar as eleições, e parece que isso aconteceu num dos sufrágios. Mas a Frelimo conseguiu encontrar manobras e manipulações para não permitir que Renamo chegasse ao poder. Eu sempre me perguntei porque é que a Frelimo acomodou a comunidade internacional e abriu espaço para exploração de recursos e eu tinha uma dúvida disjuntiva, vou chamar assim.

A Frelimo teria feito isso para continuar uma resistência contra o neocolonialismo que o ocidente nunca escondeu? Ou a Frelimo, no seu próprio interior, transformou-se, de partido que trouxe um contrato social com o povo em partido interessado nos seus próprios interesses, de pessoas e de grupos. Esta questão atormentou-me durante um período. Mas, a medida que o tempo ia correndo,



se porventura alguém terá pensado desta maneira no início, vamos tentar resistir como podemos, acomodando a comunidade internacional, mas não permitindo que a Renamo ganhe eleições e governe. Se alguém pensou isso no início, o que aconteceu é que este axioma, se existiu, foi rapidamente substituído por um interesse de indivíduos e de grupos. O que a gente falou da Frelimo infiltrada, que mudou a maneira de posicionar-se, rompeu o contrato social e distanciou-se das pessoas. As pessoas acreditam sempre menos na Frelimo, o que é muito grave, não pela história do partido, não porque nos libertou, porque há partidos que iniciaram e fizeram coisas extraordinárias e no meio do caminho perderam-se.

Há revolucionários e se você pensa num Mussolini, era um grande esquerdista e quando chegou ao poder, tornou-se num grande fascista, se você pensa no presidente da Nicarágua, que era um padre perto da teologia de libertação, mas quando chegou ao poder tornou-se quase um monarca, mas pensa se quiseses, aqui perto de nós, Mussevene, que esteve aqui em Moçambique, onde foi treinado e as últimas posturas dele, ele é o presidente, a família dele com ministérios, com bancos nacionais e etc., familiarizou e fez daquilo quase uma propriedade privada. Então foi o que aconteceu com a Frelimo? Sim ou não? Isto era uma dúvida, que para mim criava problemas e insisto, não porque a Frelimo libertou Moçambique, mas por outra razão. Há uma confusão estrutural entre a Frelimo-partido e o Estado moçambicano.

Você chega aqui no Niassa, no lugar mais recôndito do país, no distrito mais longínquo da capital e você encontra um director de escola, ou você encontra um chefe de posto de saúde, que muitas das vezes não foi escolhido pelas suas qualidades intrínsecas, mas porque era membro da Frelimo. Na cabeça dele, ele deve obediência ao partido e não ao Estado moçambicano. O que é que aconteceria se de repente o partido Frelimo saísse do poder e viesse por exemplo na altura o Dlakhama? Este indivíduo obedeceria a nova voz do comando que seria de Dlakhama, ou porque no histórico dele a Renamo foi sempre vista e concebida como continuadora de nação externa e decidiria não acatar as ordens que viria daquele que comanda? Isto não é uma ilação que nasce do vazio. É o resultado de uma constatação histórica.

O primeiro país a se tornar independente na África Negra foi o Ghana. Quando Kwame Nkrumah torna-se Primeiro-Ministro toda a administração em volta dele era britânica. Os ganenses, como os moçambicanos, não tinham escolaridade. Ele dá ordens e a administração não cumpre, até que um velho senhor britânico disse para ele: *"Olha eu sou inglês, você está a me dar ordens, mas tenho ordens contrárias de Londres. Eu tenho que respeitar a ti ou o meu país que é Inglaterra?"*



Esta questão é profunda. Se você tem um director de uma escola, um secretário de bairro, um responsável de finanças no distrito, que foi metido pela sua fidelidade a Frelimo e de repente recebe ordens de Dlakhama, enquanto a Frelimo diz coisas contrárias. A quem ele vai obedecer? É por isso que a mudança da governação em Moçambique tem de ser precedida de alguma coisa. Eu não quero dizer em sentido cronológico, dizer que temos de fazer isto depois aquilo. Mas, é importante que haja uma despartidarização do Estado, que o professor da escola, o director nacional ou o reitor de uma universidade tenham consciência que eles podem ser a título individual membros de um partido, mas que enquanto reitor, director ou responsável de uma instituição, eles respondem ao Estado que deve funcionar com os seus funcionários, independentemente do seu partido.

Num país como o nosso, pela nossa história recente de 50 anos, com a formação parca, com a pouca consciência do que é um Estado e com quase nenhuma necessidade de separação entre o Estado e o partido, a saída do poder da Frelimo de um momento para outro poderia criar problemas que recordariam o que aconteceu na independência. Em 1975, nós fazíamos fila para comprar pão. Havia problemas enormes nas lojas do povo e nós chamávamos isso de corrupção. Algumas vezes a pessoa que estava lá não sabia fazer contas e não era culpa dela pois não tinha aprendido. Eu vivia no Alto Maé e cheguei uma vez na cooperativa onde a minha mãe trabalhava, era activa e vi que eles compravam uma Coca-Cola a 50 Meticais e vendiam a 30 Meticais. Quer dizer se você compra 50 Meticais e vende a 30 Meticais, pouco a pouco você fica sem dinheiro e depois chega a inspeção diz que você é corrupto e roubou. Mas teu único pecado é porque você não sabia fazer contas. Que culpa tem se ninguém te deu oportunidade de fazer?

Então, muita gente foi presa, houve problemas enormes, por culpas que as pessoas de facto não tinham, então uma mudança brusca da liderança do Estado, sem uma preparação prévia para que as pessoas entendessem que uma coisa é o Estado, outra coisa é o partido, que uma coisa é a glória que a gente vai dar sempre a Frelimo pelo que nos fez, outra coisa é um sistema democrático que escolhe as pessoas não por seu sentido histórico, mas pelos desafios da actualidade, porque é que a gente vota para um partido ou para um candidato em vez doutro? Não é porque ele nasceu numa família determinada ou porque no passado ele fez coisas boas ou más, é porque temos problemas como qualquer sociedade e temos que encontrar um encaminhamento para a solução desses problemas.

Os candidatos podem apresentar projetos diferentes, então pode ser da Frelimo e ter um mau projecto e pode ser da Renamo e ter um bom projecto. Eu vou votar para o bom projeto e a história



não vai ser anulada. A Frelimo fica grandiosa como sempre. O nascimento da Renamo não vai mudar só porque a Renamo está no poder. O que estou a dizer que pode parecer para nós e para vocês uma coisa simples e imediata. E algo que poderia constituir quase uma espécie de dilema na cabeça das pessoas menos formadas que infelizmente são muitas. É quando há dilema a gente não sabe em quais partes da disjunção a gente vai acabar por cair. Este é um problema grande. A revoltas manifestações, destruições etc., que a gente conheceu de Outubro até Março, mais ou menos... no dia 23 de Março, quando o Presidente Chapo e Venâncio Mondlane se apertaram a mão e esses seis meses foram terríveis para nós. Foram terríveis porque o Estado estava quase a cair. Tivemos mais sensação da queda do Estado num período de 6 meses do que os 16 anos da guerra da Renamo, quero dizer que o Estado estava mesmo a cair. Faltava muito pouco para que isto não ruísse e não caísse para baixo. Além disso, o número de mortos foi grande. Acho que temos mais de 500 pessoas que morreram. Algumas morreram baleadas, outras pelas manifestações. Mas, há outras mortes que nós não contabilizamos e fazem parte dessas mortes. A Elisa, mulher do Ivo Garrido, contava uma história de alguém que vinha numa ambulância para Maputo e foi parado em Bobole. As duas pessoas não conseguiam chegar a Cidade de Maputo porque não foram deixadas passar e morreram. Era uma doença que estava mais ou menos sob controlo e aquelas pessoas podiam viver. Muita gente no meio de tudo isto e das trifulhices que nós vivemos acabou morrendo.

A gente nunca vai ter a contabilidade total, mas é muita gente, porque como dizia Sartre, a morte de uma pessoa vale tanto quanto vale a morte de milhões de pessoas, isto é, um aspecto. O segundo aspecto é esta destruição de infraestruturas num país como o nosso. Há coisas que me fazem ficar maldisposto, extremamente maldisposto. O Burquina Faso anunciou há pouco tempo que fez montagem ou fabrico de um carro elétrico, o Senegal mandou agora um satélite meteorológico para o espaço, a Zâmbia tem um comboio elétrico que vai do Norte ao Sul, a Tanzânia tem transportes urbanos e até metrô e quando você abre a página de Moçambique, para além de não termos nada, o pouco que nós temos, nós destruimos. Nós queimamos.

Temos barcos da EMATUM que não funcionam, os armazéns de arroz são destruídos e até tiramos a linha férrea e queremos sabotar a electricidade. Quer dizer, este niilismo, esta vontade de destruição que habita em Moçambique, porque a guerra de 16 anos, como eu disse antes era para destruição, as manifestações que se faziam no Centro de Moçambique eram para queimar os camiões. Quer dizer, nem sequer era para impedir a passagem, era para queimar camiões. E





voltamos à uma nova onda de violência, que consiste essencialmente em destruir. Nós pensamos que somos pacíficos, mas se vocês olharem, não há na nossa região nenhum país que teve tanto morticínio como nós. E se vocês olharem para o número de guerras e de mortos que tivemos, pode-se perguntar quem é comparável a nós em termos de porrada, em destruir. Quer dizer, nós continuamos a pensar que somos pacíficos.

Mas enfim, para terminar com a resposta longa à tua pergunta, este período de manifestações mostrou muitas coisas ao mesmo tempo. A fragilidade do nosso Estado, ponto um. O Estado estava para cair e ficou claro o quanto ele é extremamente frágil, independentemente das forças armadas, militares ou armas que possa ter. Em segundo lugar, a veia destrutora que habita os jovens moçambicanos. Ver rapazes dos 13 à 14 anos a bloquear estradas, a queimar, a rir, quase a fazer festa e você olha e diz: mas onde estamos? Como as pessoas saem para queimar pneus, carros, camiões, para destruir comboios que passam nas linhas de ferro? Esta veia niilista que nos habita. Sabem? O niilismo nasceu na Rússia, no século XIX. E parece que nós estamos no niilismo russo do século XIX, que destruiu, matou muita gente, reis e até presidentes etc. Esta é a segunda coisa que eu constatei neste período de conflito. A terceira coisa que eu constatei é o nível de descontentamento popular. O nível de anti-Frelimo que as pessoas tinham resulta da maneira como nos últimos 30 anos, a Frelimo rompeu com o contrato social e como a ideia de enriquecimento individual substituiu-se à ideia de uma partilha de bens para todos nós. Em quarto lugar, o desafio que nós académicos e intelectuais temos, que é de participar a recoser o tecido social, remoralizar o país, reconstruir uma dinâmica de contrato em que todo moçambicano se sinta parte e tenha clareza de que o esforço que ele individualmente leva a cabo, vai ter apoio de uma instituição nacional. E se isto não acontecer, se não conseguirmos coser, a unidade nacional vai estar em causa e veleidades de separação e de ruptura vão começar a incrementar-se e a aumentar. Vamos estar, muito mais fragilizados do que nós estamos.

Temos um estado completamente fraco, frágil. E também economicamente somos um país assistido, que depende da vontade de outros mesmo na conjuntura mundial de grandes recursos que Moçambique tem. Ouvi dizer que tem uma mina de grafite que vai abrir na província de Niassa. Mas, se cada vez que houver grandes empreendimentos, houver conflitos, nós corremos o risco de ter mais conflitos pela frente do que os que tivemos no passado visto que temos muitos recursos. E para que não seja isso, é preciso que tenhamos maneiras de fazer com que os recursos



naturais beneficiem as populações. Se não fizermos, o risco de conflitos que temos pela frente é muito grande.

O sentimento de fundo que eu tenho é o que acabo de dizer, mas mais do que o sentimento de dor profunda que tenho, o que vejo nisto tudo é a responsabilidade que tenho e que temos é a responsabilidade de participar e recoser Moçambique, custa que custar. Mas, recoser Moçambique significa necessariamente fazer duas coisas a nível interno, que são fazer reformas profundas a nível do Estado. Nós temos que reformar o Estado e reformar à sério, desde a despartidarização do Estado, a separação dos poderes, a revisão dos poderes presidenciais, o estatuto do parlamento, a liberdade do judiciário e um executivo mais comprometido com o bem comum e menos com ele próprio. Se nós não fizermos isso, o risco de cairmos em novas fases de conflito é muito grande.

Em segundo lugar, temos que repensar e reformar os nossos processos económicos. Os recursos naturais têm beneficiado muito a empresas estrangeiras e não há dúvida nenhuma disso, basta ver a Mozal no Sul ou a Montepuez Rubi Mining. Basta ver o gás em Cabo Delgado, os grafites sempre em Cabo Delgado ou o gás de Panda em Inhambane, no Sul de Moçambique. Quer dizer, até agora os recursos beneficiaram a muitas empresas internacionais. Há muitos países que ganham com os nossos recursos. A Itália, por exemplo, resolveu o problema da falta de gás para o aquecimento que surgiu depois da guerra entre Ucrânia e a Rússia com gás de Moçambique. Mas se a gente pergunta ao inverso o que é que os moçambicanos ganharam com isso, é muito pouco. É proporcionalmente quase nada em relação ao benefício de outros. Mas, entretanto, entre os moçambicanos que não ganham nada e os estrangeiros como multinacionais que ganham muito, há sempre uma elite no meio que ganha muito dinheiro. E é preciso desconstruir isto. É preciso fazer com que a economia moçambicana não seja uma economia virada a fazer dos recursos para o benefício de indivíduos ou de grupos. É preciso fazer com que isto beneficie o país. Vocês deviam me perguntar como é que fazemos isso? Com a moral? Sim, com a moral. Seria bom que cada indivíduo tivesse consciência do seu lugar e que só pode ser ele e pode ser moçambicano porque os outros também o são, que tudo aquilo que é do país e do povo é de todos e ano dele só. Vocês sabem que o direito falhou porque a moral falhou. Se numa sociedade as pessoas se respeitassem, não precisaríamos de polícia de juízes e nem de tribunais, porque a moral sozinha poderia fazer o papel de uma vida colectiva. É exactamente porque a moral falha sempre porque lá onde há homens, há veleidades dessas pessoas se apropriarem daquilo que é comum, que temos





que ter o direito, quer dizer, a reger e a razão pela qual o direito tem que reger a relação entre os indivíduos e para habitar numa sociedade com menor violência possível.

Quando o direito não consegue fazer este papel de equilíbrio, porque a moral não está a conseguir, nunca conseguiu desde que a história é história, lá onde o direito não consegue se impor, então é a violência que vai impor regras. E Moçambique já vive num sistema de violência, uma violência de pobreza, uma violência de desigualdades, uma violência estrutural de guerras e chegamos a esta violência que não tem igual na nossa história pela dimensão e pela profundidade das questões que levanta. Nós vamos ter que encontrar uma solução para isso, senão o futuro vai ser muito sombrio para nós. Essas são as minhas preocupações em volta destes movimentos de últimos anos, mas a resposta é recoser a sociedade. Fazer uma reforma profunda do Estado e uma reforma profunda da economia.

Aquele diálogo interpartidário que foi aprovado pelo parlamento, de lei, tem lá os ingredientes profundos para essa dupla mudança. Agora, oxalá que os actores e aqueles que vão pilotar o processo, os participantes tenham a clareza do espírito dos desafios em que estamos confrontados. Ainda bem que não vão ser só eles, não é como nos Acordos de Roma em que era Dlakhamu e a Frelimo. Agora há espaço para que muitos outros integrem o debate. Oxalá que a gente tenha coragem suficiente para meter na mesa os problemas que nós temos, para dar-lhe soluções verdadeiras e não colocar anestésias. Quando colocas anestesia, você tira durante o período que a anestesia funciona, mas uma hora ou duas horas depois a dor volta, então é preciso fazer uma operação. É preciso tirar o mal e tirar este mal vai ser difícil porque é um cancro que penetrou o corpo social moçambicano. Você tem os dirigentes que claramente alguns jogam o jogo individual ou de grupo, mas você vai para o mercado e encontra uma senhora. Você diz que era um 1 kg de morango, mas tem que ir com a balança porque senão ela vai meter uma balança que não é de 1 kg. Se você vai comprar óleo numa coisinha e percebes que ela bateu por baixo para lata subir. O policial vai te mandar parar porque quer um refresco. Então você tem uma sociedade que em termos de valores se desestruturou de baixo para cima. Então a estruturação da nossa sociedade vai ser muito complicada, porque é de baixo para cima.

É só o professor que cobra, é o director que para tramitar um documento tem que cobrar uma coisa. Assim temos uma operação cirúrgica muito importante que temos de fazer para que o nosso país esteja em boas condições. Mas, é evidente que há quem é mais responsável. Estava a pensar outro dia que um país é como uma sombrinha. Agora está a chover aí fora, não é? Eu espero que vocês



tenham um guarda-chuva. Um país é como um guarda-chuva. O guarda-chuva levanta-se em cima e nós que estamos lá em baixo estamos cobertos e não nos molhamos porque temos o guarda-chuva em cima. O problema é que às vezes, o guarda-chuva torna-se pequeno, porque o número de pessoas que estão por baixo aumentou, então você tem que aumentar o tamanho do guarda-chuva. Nós éramos 8 milhões quando o nosso país se tornou independente e agora somos 33 milhões. Então quer dizer que se o guarda-chuva era pequeno, você tem que aumentar e nós estamos a produzir menos do que produzíamos no momento da independência. Temos um problema. Temos de aumentar a dimensão do guarda-chuva, porque senão alguém vai ficar sem comida e se ficar sem comida, não estará satisfeito, então não se identifica com esta nação.

Você tem um segundo problema. Tem alguém que está lá por baixo do guarda-chuva quem é gordo e quer ocupar muito espaço, então empurra os outros para fora. Os outros molham-se e os outros não estão satisfeitos, não encontram resposta porque o guarda-chuva não lhes cobre.

O terceiro problema é você deixar o guarda-chuva furar-se. Então você tem um guarda-chuva levantado, mas a chuva continua a entrar. E nós somos quase um guarda-chuva furada, com as nossas dívidas. Com as dívidas que provém da estrutura da nossa economia, desde a independência e com as recentes dívidas ocultas. Somos um guarda-chuva furado, então temos que remendar o guarda-chuva. Temos que alargar o guarda-chuva e temos que impedir que gordos ocupem muito espaço, porque isso impediria que outros ficassem cobertos pela guarda-chuva, mas o mais importante é quem que agarra a guarda-chuva.

Quando a guarda-chuva começa a ficar grande, você agarra e não dá um fraquinho lá, porque ele não vai aguentar. Você não dá o guarda-chuva a uma pessoa que tem deficiências, porque não vai aguentar. É preciso homens fortes e estes homens fortes não são só da política. Estes homens fortes são o CTA, da economia, são as academias e vocês vêm as críticas que estamos a receber como academia porque não temos meios ou que não somos participativos. São as elites políticas, elites económicas e elites intelectuais. Se nós não formos suficientemente fortes para agarrar o guarda-chuva, para que ela não incline a esquerda, à direita para a frente e nem para trás, porque sempre que você faz inclinar para um lado, você deixa alguns a molhar-se e esses que se molham vão te perguntar: "Afinal porque é que eu tenho que estar nesta guarda-chuva e não buscar outra se esta me deixa molhar sempre?"

Com estas questões, então a unidade nacional está em causa, a paz de um país está em causa. Nesta função de conservarmos um guarda-chuva, tem que estar atentos para que não haja gordos, para



fazer com que o guarda-chuva não se incline a favor de uns, em detrimento de outros e para que ela não se fure e se alargue o suficiente para acolher todos. É um desafio permanente que temos que ter em conta e isto exige responsabilidade de uns e de outros. Esta responsabilidade ou nós acatamos e respondemos convenientemente, ou então metemos em causa no fundo da nossa moçambicanidade, da nossa independência, da nossa liberdade, que é a razão da luta que se fez desde a escravatura, do colonialismo e até chegarmos as independências de verdade. As independências e liberdades não são uma conquista perene, são uma conquista que foi dura para conquistar e tem que ser cuidada como um ovo. Se você tem um ovo na mão, não podes deixar se não se parte.

Moçambique é uma coisa muito frágil como os bebés. Você tem um bebé. Você agarra e tem medo de o deixar cair porque se cai no chão perdes o bebé. Então, Moçambique é uma coisa que deve ser não simplesmente agarrada com cuidado, mas também tem que ser acarinhada. Somos tão indiferentes uns dos outros, no espaço, em condições que ou sabemos acarinhar ou então corremos grandes riscos. Eu diria que as minhas preocupações levam à esta longa resposta.

16

*Boletim GeoÁfrica: Professor nós acompanhamos no momento dessa crise pós-eleitoral a criação de um grupo de intelectuais e académicos que o professor liderou. Gostaríamos de saber qual é a avaliação que faz daquele grupo porque vimos a entrar em contacto com vários políticos e outros actores importantes para a pacificação do país, queremos ouvir a avaliação que faz daquele grupo e os desafios que enfrentou.*

**Professor Catedrático Severino Ngoenha.** Se esse grupo tivesse terminado a sua missão, eu poderia contar porque seria história. Mas, esse grupo continua a trabalhar. Então não vou poder dizer muita coisa por uma questão de descrição, até por que qualquer coisa que eu dissesse podia ser interpretado de uma maneira por uns ou por outros e poderíamos até comprometer a missão, e essa missão é importante, que não merece ser comprometida. Vocês estão de acordo comigo, que a ideia de voltarmos a paz do nosso país, uma paz que dura no tempo, não pode ser comprometida. Vou dizer só uma coisa importante e que eu digo a mim mesmo e digo as pessoas do grupo quando estamos mais ou menos em crise.

No dia 23 de Março, o presidente Chapo e Venâncio Mondlane, apertaram-se a mão e foi um acto que foi publicitado, tornou-se público. Eles deram-se a mão e desde o dia 23 de Março, não voltaram a morrer pessoas, não morreram mais crianças, não houve gente baleada, não se foram feitas barreiras que impediam os carros de passar, as pessoas de ir trabalhar, não temos mais



perseguições nos bairros. Tudo isso estava a acontecer desde o mês de outubro. Quantas pessoas aquele gesto salvou? Quantas pessoas vocês imaginam que tivesse morrido? Já passaram dois meses e dois dias, não é? Imaginem que o ritmo de mortes. Não havia um dia que não morresse gente. Em 64 dias, imaginem que morresse no mínimo uma pessoa por dia. Teriam morrido 64 pessoas. Quer dizer que aquele gesto deles em dar-se a mão, provavelmente salvou no mínimo 104 pessoas. Não me refiro a infraestruturas estragadas, dias de trabalho, recrudescimento de economia de produção, crianças que não vão a escola, médicos que não chegam ao hospital onde morre gente. Ainda bem que este processo existe. É bom que exista, que trabalhemos e todo o grupo para termos sucesso. Então não é do grupo que tem que se falar, mas sim dos protagonistas e dos resultados que eles obtiveram com aquele aperto de mão.

*Boletim GeoÁfrica: Como é que avalia a situação ou a actuação das Organizações da Sociedade Civil no período pós-eleitoral no sentido de criação de um espaço para o consenso e para a coesão social?*

**17****Professor Catedrático Severino Ngoenha**

Eu penso que quando uma casa está a arder, a gente corre com baldes de água para apagar o fogo. Chamamos os bombeiros e a primeira coisa que os eles fazem quando chegam é apagar o fogo. Não estamos interessados em saber quem meteu fogo, porque queimou e quem é o responsável. Isso discutimos depois, a prioridade absoluta é apagar o fogo. E durante este período de Outubro à Março, nós tínhamos uma casa a arder no sentido figurado do termo, mas também no sentido real do termo. Então me parecia que é a função principal que nós tínhamos era de apagar o fogo. Houve quem trabalhou para apagar o fogo.

Alguns jornalistas até fazem perguntas como, de quem a culpa? De quem é a responsabilidade? Me parece que esta postura não é a melhor. Algumas ONG's também tiveram uma postura que pareciam meter mais petróleo e gasolina do que apagar o fogo. Neste sentido, penso que nem todos fomos isentos de erros. Refiro-me à sociedade civil, aos jornais e os jornalistas e a certos indivíduos que até podiam estar feridas com muita coisa, com muitas injustiças que subiram na vida ou sucumbiram na vida e que os levavam a ter raiva ou razões de revolta contra uns em outros, mas insisto que se houver uma casa à arder, todos devemos correr para apagarmos o fogo. Depois é que temos que tentar perguntar quem meteu o fogo e porque, mas naquele momento nós tivemos algumas ONGs e alguns jornalistas que não estiveram à altura do desafio com que estávamos



confrontados. E penso também que neste momento em que a situação continua confusa, não é tempo de fazer processos às pessoas. Eu penso que continuamos num período em que precisamos da presença de todos como bombeiros a apagar o fogo e depois vai ser necessário que cada um faça o exame de consciência própria, sobre aquilo que foi o seu papel neste momento dramático da nossa história e se perguntarmos porque que agiram como agiram, tem razões e razões profundas, aceitáveis e justas e, enfim, cada um tem a sua consciência para agir, mas eu penso que o momento que atravessávamos era um momento que exigia de nós muita união, muita coesão e muita responsabilidade. A responsabilidade de um jornal não é só informar, mas por detrás da informação, há uma formação.

É preciso direccionar aquilo que nós comunicamos a apaziguar e fazer com que as pessoas remem na mesma direcção, para acabar com conflitos. Isto é válido para as ONGs que não são em princípio supostas para serem partes do conflito, mas parte da solução dos conflitos e algumas delas infelizmente não conseguiram ser isso. Mas, enfim vamos deixar que este período doloroso passe e vamos esperar que todos neste momento de reconstrução do tecido social, refiro-me a este debate que há-de haver de reconciliação entre os partidos e a sociedade civil no geral, que todos participemos a apagar o fogo e depois a reconstruir a casa queimada, para que Moçambique possa ser uma casa que dá calor aos próprios filhos e que dê esperança aos mais jovens e as gerações futuras.

*Boletim GeoÁfrica: No período antes da proclamação dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional, portanto, depois da votação, o Professor defendia uma “terceira via” para que não houvesse focos de conflitos e violência e, eu penso que o professor na altura não foi compreendido. Eu gostaria de saber o que é que o professor queria transmitir com esse pensamento de uma “terceira via” para que não houvesse focos de conflitos e violência?*

**Professor Catedrático Severino Ngoenha.** Eu posso responder isso em duas partes diferentes. A primeira eu fiz muita reflexão. Pensei, vi o que era Moçambique. Nós tivemos duas partes distintas dos nossos 50 anos de independência, a primeira parte é de um partido único que vai de 1975 a 1990, se quisermos. Eu chamo isso de primeira república. E quando escrevemos a segunda Constituição oriunda dos Acordos de Roma, entramos numa segunda via. A primeira via terminou de maneira violenta. Foi a guerra dos dezasseis anos que acabou terminando com a primeira via. A segunda via é claramente socialmente e economicamente violenta, porque ela produz poucos ricos e muita pobreza nos demais e eu digo que nem a primeira via foi completamente boa, e nem



a segunda via está sendo isenta de problemas e de erros, e mais uma vez, posso voltar a dizer que o contrato social da moçambicanidade ficou a falhar, nunca tivemos tantos ricos como agora, mas tantos em sentido de quantidade de dinheiro nas mãos deles, mas em quantidade de pessoas é muito pouco. Chego aqui em Lichinga, vejo que as coisas continuam na mesma, mas continuam na mesma em Lichinga, em Chimoio, quer dizer, há pobreza, mas há indivíduos que vão para Dubai, para Qatar e até temos pessoas que compram helicópteros privados. É falta clara de um contrato social. Enfim, os contratos que se foram feitos, há gente fez contratos para ter percentagem boa para si próprio em detrimento das pessoas.

Há gente que foi morta em Motepuez até enterrada em baixo, chamamos de garimpeiros aqueles que se alimentavam com aquilo com a pequena pedra que tiravam. Eles são proibidos de fazê-lo. Vem estrangeiros e tiram muito mais dinheiro, em conluio com os nossos. O dinheiro vai para fora, mas as pessoas que já eram pobres ficam ainda numa miséria maior, então isso provoca claramente revoltas e isso é fruto da maneira como as elites pensam. Eu não quero responsabilizar o mundo exterior, não gosto dele, deste imperialismo que nunca para em relação a nós.

Os acordos que a França fez com os países francófonos é uma pouca-vergonha, mas é revelador daquilo que o imperialismo faz ou daquilo que esta ganância do Ocidente faz em relação aos pequenos e nas nossas economias. Não é isso que eu me refiro. Eu me refiro à parte interna, então o que é que fazemos? Sabes, muitas vezes quando a gente tem problemas faz fugas em frente, então a gente diz: "Olha o Japão resolveu isto desta maneira. Olha Singapura agora é um país dos dragões da Ásia porque fez assim, mas o que é que fez a Malásia, o Qatar, o Dubai e Arábia Saudita? Lançamo-nos a olhar para a historicidade de outros sem pensar que cada situação é uma e única, e temos que partir para encontrar soluções.

A terceira via não pretendia ser uma utopia de alguma coisa que Moçambique e os moçambicanos não conhecessem. A nossa retrospectiva crítica era olhar para Moçambique e dizer assim: "Se nós tivemos duas fases, uma com partido único, outras com muitos partidos o que é que foi bom, e o que é que falhou na primeira república? O que nos interessa não é o que falhou, é o que foi bom, e o que foi bom, foi uma preocupação daquilo que chamaram palavras de ordem. Era unidade, trabalho e vigilância. Um país unido, que conta com as suas próprias forças. Um país que vigia-se para que não haja excessos da parte de nenhum dos seus próprios membros. Um país que metia o acento na questão da justiça, abrimos escolas para toda a gente hospitais gratuitos, mesmo as cooperativas de consumo se quisessem faziam uma distribuição mais ou menos igual.





Nós não estaríamos aqui se não tivesse havido este processo e ele não foi livre de erros. Ele cometeu excessos e um dos excessos que ele cometeu por razões internas de pressão regional e internacional, foi que ela limitou as liberdades dos indivíduos. Todos tinham que ser da Frelimo, tinham que pensar como a Frelimo, tinham que fazer como a Frelimo pensava e etc. E como digo, por razões ideológicas internas, pela guerra fria, pela política internacional e pela pressão regional, todas as desculpas que quisermos levantar e que até em parte são verdadeiros, então teve uma parte extremamente positiva, que é o contrato social, mas ela limitou a liberdade dos indivíduos.

A República que nasceu das cinzas da primeira, que nasce com os Acordos de Roma, ela trouxe-nos as liberdades que nos faltavam antes, podemos ter partidos, podemos ter universidades livres, podemos ter jornas independentes, podemos ter televisões independentes. Trouxe-nos isso que faltava-nos antes, mas tirou-nos a justiça social, porque a partir do momento que ela existiu, quando eu ganho muito dinheiro, ganho para mim próprio, e os outros eu não tenho responsabilidade em relação a eles, então a terceira via era recuperarmos os valores que já experimentamos. Não era tentar fazer como a Singapura ou Malásia ou Japão, era dizer que nós já tivemos durante 15 anos da nossa história, uma república preocupada com a justiça social.

Estamos a experimentar uma república desde 1990 a está parte, preocupada com as liberdades, então por que não tentar uma terceira via, que não é uma via socialista, não é uma via liberal, mas é uma mistura em termos de valores, não de sistema entre a busca necessária da justiça social e a preservação, e até o incremento da liberdade dos indivíduos. Isso ia ter corolários na maneira como teríamos que organizar os poderes públicos, as reformas do Estado de que falei antes. Isso tinha que teria consequências na maneira como íamos dividir o bolo económico, pequeno ou grande, que seja que Moçambique tem. Esta era a minha preocupação.

Eu tive uma experiência quando estava na França, de ver jornalistas que convidavam políticos e discutiam com eles, e as perguntas que faziam não era sobre o que a Renamo que trouxe da democracia, ou a Frelimo que trouxe a libertação ou MDM que nunca foi à guerra etc. Eles apresentavam a situação país e perguntavam aos políticos, como é que você quer resolver a situação da educação? Como é que você está pensado em melhorara a saúde e as infra-estruturas? O que é que você pensa sobre a pobreza, sobre a habitação. E os políticos eram obrigados a posicionar-se em função das necessidades reais, as pessoas que iam votar sabiam quais eram as prioridades políticas, as orientações económicas que aqueles candidatos iam ter. Quando eu falava disso com os amigos jornalistas, todos estavam de acordo, mas no momento de fazer, no segundo



mandato de Guebuza, e no primeiro do Nhusy não consegui ter gente a sentar-se ao meu lado a dizer: "Vamos fazer isso, então eu disse: "OK vou fazer isso eu sozinho", e durante todo o período pré-eleitoral, eu disse a toda a gente que eu e fazia campanha, mas não era candidato. Acho que vocês ouviram isso muitas vezes. Eu fazia campanha, mas não era candidato.

O que eu fazia como campanha. A Frelimo tem uma comissão de documentação e essa comissão convidou-me, como convidou muitas outras pessoas. Eu fui para lá e falei com eles. O Venâncio Mondlane me ligou a fazer-me perguntas sobre o que que eu pensava, e eu disse exactamente ao Venâncio o que tinha dito a Frelimo, fui falar com a Renamo e eu disse exactamente ao Ossufo Momade o que tinha dito aos outros dois, e depois fui ter com Lutero Simango e disse exactamente a mesma coisa, e o que eu disse era aquilo que eu dizia em público. Era dizer que nós precisamos de reformar o país e meter o acento forte nas instituições. É preciso termos instituições fortes e ter instituições fortes significa que as pessoas que lá estão são idóneas e a idoneidade tem a ver com competência e tem a ver com uma deontologia profissional, quer dizer, uma ética e se nós não tivermos isto, por melhores ministros ou bons indivíduos que tenhamos, o país não vai progredir. Este é o primeiro aspecto.

21

A grande reforma que temos que fazer é nas instituições, a nível do país. Para mim, isto é um elemento forte. A segunda coisa que tínhamos de fazer, é apostar muito na juventude. Nós em Moçambique temos entre 10 e 12 milhões de crianças e jovens que vão da escola primária à escola secundária. Temos 250.000 mil estudantes universitários e se nós pegássemos no fundo soberano temos, abrísssemos universidades técnicas e injetássemos meios e disséssemos a estes jovens que vocês vão aprender, vão ter meios, vão ter privilégios, e mais do que privilégio, uma missão, o vosso trabalho é com a nova tecnologia, aumentar a produção agrícola, com a nova tecnologia, fazer pontes, fazer estradas e fazer habitações. É isso que estamos a ver da China.

A China está a transformar o país de um dia para o outro e quem está a transformar não é o povo de baixo, são os engenheiros que fazem as pontes. Aquelas pontes que a gente vê na China, são os engenheiros que o fazem, quer dizer que são pessoas que foram extremamente formadas e que assumem esta missão de catapultar o país para as melhores dimensões. Olhem em qualquer país onde houve desenvolvimento, você teve uma elite que era nacionalista e que tomou nas costas a responsabilidade de levantar o país. Não há nenhum país que conseguiu se levantar sem que tenha havido uma grande responsabilidade por parte das suas elites. Então era preciso formarmos estas elites.



Os 250.000 estudantes universitários actuais são uma proporção inferior ao número de estudantes que depois da independência formaram outros quadros, me refiro da geração 8 de março. Eles deram educação à vocês todos. Agora estamos numa nova etapa, um novo desafio e eu penso que nós devíamos apostar na educação, ter maior confiança em nós próprios, dar mais oportunidade aos nossos jovens, responsabilizar mais os nossos jovens e poderíamos sair e não ficar a ver o Canadá que manda satélites para o espaço ou ficar a olhar para Zâmbia com metro ou a Tanzânia com comboio ou Burquina Faso com caros eléctricos e nós a olhar, até destruindo o pouco que nós temos. Nós tínhamos que ter uma política de mudança e de fortificação das nossas das nossas instituições. Uma aposta radical e rigorosa na nossa juventude.

Para isso, eu pensava na altura que era preciso e renegociar os contratos, mas hoje já evolui e penso que nem quero renegociar os contratos. Por mim, a parte moçambicana precisa de ser nacionalizada. Eu era capaz de pensar que é melhor discutimos os contratos com a parte estrangeira, mas a parte moçambicana está a violar um princípio da Constituição, que diz que a terra e o subsolo pertencem ao Estado e ao povo moçambicano no seu conjunto. Com esse dinheiro, bem empregue e bem orientado, nós podíamos fazer catapultar o país.

A terceira via era possível porque tirar o dinheiro das mãos de poucos, para meter nas mãos de todos, significa voltar a justiça social, sem meter em causa em nenhum momento, as grandes liberdades, isto era o que eu pensava.

Quando terminou a campanha, eu parei a minha campanha e eu estava convencido que a partir daquele momento, ia descansar, e que não teria como influenciar as decisões de um partido e ou do partido que ganhasse para governar, mas logo, a seguir aconteceu este conflito, que só se atenuou no dia 23 de Março, e a partir de do mês de Outubro, a minha missão passou por dizer que agora sou bombeiro, tem que acarretar água e maior quantidade de água possível para apagar o fogo. Continuo a pensar que para que este fogo fique completamente apagado, é preciso fazermos reformas do Estado e da economia, senão vocês já viram algumas vezes que a gente pode apagar o fogo e não se dá conta que lá em baixo ainda continua a arder o carvão, e de um momento para outro, passa alguém com um papel e boom. E perguntamos, o que foi que aconteceu? Mas não tínhamos apagado o fogo? Isso acontece porque não apagamos em condições.

As vezes penso que Moçambique neste momento é um grande campo com capim seco, com muito sol e basta um pequeno fósforo, uma pequena beata que a gente atira, o fogo pode pegar, e se o fogo pega, vamos ter muito mais dificuldades de apagar no futuro, e ele pode ainda mais meter em



causa a unidade territorial do nosso país, e seria um desastre, por questões pragmáticas, porque se nós não conseguimos resistir a invasões externas, sendo o território de 33 milhões de habitantes, não é ficando mais pequenos que vamos conseguir.

*Boletim GeoÁfrica: Professor, ultimamente tem muitas vozes, quer seja ONGs ou políticas, que vêm abordando mais em relação à democracia. Gostaria de saber do professor, como é que avalia o actual estado da democracia?*

**Professor Catedrático Severino Ngoenha.** Não é bom. Não é bom por muitas razões. A nossa democracia nasceu não porque éramos convencidos de ser democratas, mas fomos forçados a ser. Foi a guerra que impôs a democracia e em nenhum momento a Frelimo do interior disse que íamos ser democratas. Todas as cidades de Moçambique estavam quase ocupadas e a força das armas obrigou-nos a ser democrático. Fomos obrigados também porque a Guerra Fria acabou e com a Guerra Fria caiu Muro de Berlim e todos os países socialistas deixaram de ser socialistas, então houve uma espécie de dogma democrático imposto pelos vencedores, e aí de ti se não fosse uma democracia, mesmo que fosse para fingir fazer eleições. Todo mundo faz eleições e você não pode dizer hoje que eu não quero a democracia, não sou um país democrático.

Os donos do mundo não iam aceitar, mas os donos do mundo não acreditam muito na democracia para nós, eles querem que todos finjamos que há democracia, mas depois fazem arranjos com um e o outro, lá onde não tem interesses de um certo nível para que isso funcione assim, mas se você olhar para Moçambique, o Dlakhamu, quando morreu, a Renamo também morreu, porque Dlakhamu não conseguiu ser democrático no interior de Renamo, pois quando Raúl Domingues emergiu com uma possibilidade ou quando emergiu Davis Simango, tiveram que sair da Renamo, porque não eram acolhidos no interior de um ponto de vista democrático. Olha Dlakhamu ficou sozinho, como o grande chefe, e quando ele morreu, infelizmente a Renamo também quase desapareceu, quer dizer que não há um debate interno na Renamo, não há uma democracia interna e se você não tem democracia interna, se você não é democrático. Como é que você quer ser democrático no país? Você é democrático no pequeno para ser no grande. Se você não é democrático no pequeno não pode ser no grande.

Esta crítica que eu faço a Renamo, você pode aplicá-la aos outros partidos. Em todos os outros partidos, um bocadinho de democracia parecia existir na Frelimo, mas você lembra-se de um episódio na Frelimo quando acabou o primeiro mandato de Nhusy houve uma reunião de Comitê



Central para o candidato, o Samito, ousou candidatar-se, e ele foi crucificado e depois veio o Secretário-geral do partido, que na altura era o Roque Silva, e dizia: "você não tem que querer, nós temos que querer que tu queiras". Aquelas asneiras que ele dizia, quer dizer, demonstrava claramente que ali não estava-se disposto a uma democracia de qualquer tipo que fosse, então como é que você vai ter democracia, se e os partidos que fazem a tal democracia não são democráticos, e se os indivíduos que são membros não são democratas. Então não havia democracia.

Nas instituições, um dos pressupostos é a separação de poderes. Entretanto, nominalmente em Moçambique há separação de poderes, mas até o Reitor é nomeado pelo Presidente da República, para não falar de juízes, então como é que você vai ter democracia nisto? Você tem um Parlamento que é Casa do Povo, mas o nosso não é Casa do Povo, é casa de partidos, porque você é nomeado porque é membro de um partido e você tem que agradar o partido e não a comunidade que você supostamente representa, então há aqui, reformas profundas a nossa democracia tem que crescer. Eu não digo que não haja democracia em Moçambique, porque se você olha para os Estados Unidos, que é democracia desde que nasceu e estamos falando do século XVI, mais de dois séculos, você tem Trumps, que chega e faz coisas incríveis, e parece que não há ninguém que pode impedir que ele faça o que ele faz. Obriga as universidades o que elas devem ensinar ou não ensinar e manda fechar instituições. Aquelas trifulhices que o Trump nos faz, demonstram que até os países historicamente mais democráticos, têm problemas de democracia, então é preciso dizer que a nossa democracia é um “já” e é um “ainda não”. Temos alguns ingredientes, algumas bases, alguma coisa aconteceu em relação ao período precedente, porém temos um caminho a muito caminho a fazer, mas como eu digo todos os países têm sempre caminhos a fazer.

Há um filósofo que se chama Deridã, que diz que a justiça é sempre em frente de nós, quer dizer que você nunca chega a justiça plena, porque quando você avança e chega ao nível, você tem novas exigências, então a democracia é exatamente a mesma coisa, nunca um país é 100% democrático. Então a democracia é um processo contínuo e não um fim em si. É verdade que somos menos democráticos que muitos, somos mais democráticos do que aquilo que já fomos e até somos mais democráticos que outros. Quer dizer que temos um trabalho a fazer todos em conjunto. Aquilo de bom que temos de conservar, sabendo que o nosso bebé pode crescer e tornar-se melhor e outra coisa daquilo que é.



*Boletim GeoÁfrica: Professor Ngoenha, sobre a questão da interculturalidade, vemos que agora há muita entrada em Moçambique de investimentos estrangeiros, então queria saber qual é a importância da interculturalidade na construção da sociedade moçambicana*

**Professor Catedrático Severino Ngoenha.** O conceito de interculturalidade quando foi criado tinha a ver com a questão da imigração, e é por isso que é muito interessante a questão que fazes, mas eram imigrantes que saíam da África e iam para a Europa, então de repente a estrutura social da Europa, que era muitas vezes monolítica, viu-se confrontado com a heterogeneidade. Vou dar um exemplo simples, um país como Portugal são todos brancos, todos falam português e todos ou são ou eram católicos e todos foram batizados, todos chamam-se João, André, Maria e de um dia para outro de um dia para outro você tem pretos e árabes, você tem muçulmanos e hindus, você tem gente que não fala português e fala uma língua do Senegal, de Paquistão ou de Moçambique, e gente que pratica religiões que não são tradicionais, e você vive no mesmo prédio, com um que tem a sua mesquita, quer rezar nas escadas, porque é hora da oração um que é um hindu, e por isso o altar está dentro da casa dele, um que se chama Hassan e já não se chama Joaquim, enfim você tem estas misturas todas.

O problema é como viver juntos e nesta tentativa de encontrar uma maneira pacífica de viver com pessoas, com estruturas culturais diferentes, nasceu a ideia da interculturalidade, muitas vezes por detrás deste conceito havia a ideia de querer quase assimilar, aculturar e nacionalizar os outros. Você queria que todos fossem como tu. os Europeus queriam que todos deixassem de se chamar Hassan e passem se chamarem por João, e que todos abandonassem o Islão, o hinduísmo, todos passassem a ser cristãos, que todos abandonassem as línguas deles e passassem a falar as línguas dos europeus. A única coisa que eles não podiam mudar é a cor da nossa pele, porque ela está aí dentro, mas no fundo aquela interculturalidade era falsa. Eu fui Professor de interculturalidade na Suíça e devo ter sido o primeiro Professor de interculturalidade na Universidade de Lausanne, pelo menos e eu tinha sempre que discutir epistemologicamente a função que eles davam essa disciplina, que chamavam interculturalidade.

Vim para Moçambique, sou professor de interculturalidade e quase assim de uma maneira impensada, a interculturalidade era estudar vários autores europeus. Até que houve a questão da guerra aqui no norte de Moçambique, dei-me conta que a interculturalidade não é exterior a Moçambique, é interna porque somos diferentes em religiões, em crenças, raças, culturas. Somos de etnias diferentes, falamos línguas diferentes, condições sociais diferentes, então eu comecei a





pensar que é efêmero preocupar-me em discutir sobre Kant e Hegel que estão do outro lado, se não resolvi o meu problema aqui dentro da interculturalidade, então eu envolvi-me muito neste diálogo, por isso vim para aqui em Lichinga, muitas vezes fui a Pemba, a Nampula para recoser a nossa própria sociedade. O desafio é interno a nós.

Mas o desafio é interno a nós por outra maneira. É que como nós moçambicanos emigramos para a África de Sul. A maior comunidade negra na Alemanha é moçambicana, por causa da RDA. Como temos muitos que emigram para Portugal. Também temos de outras nações que vem para nós. Como é que nós queremos ser tratados lá fora? Por que é esse tratamento que temos que dar aqueles que vem para dentro da nossa casa. Quando há xenofobia na África do Sul, começam a matar moçambicanos, nós começamos todos a protestar, isto não pode ser. Agora outra coisa África do Sul exige que o moçambicano que chegue lá, tenha chegado de maneira legal e que ele cumpra com os preceitos de vida comum, quer constitucionais, respeite às leis, que trabalhe e pague os impostos, que respeite as regras de vida.

Imagine, nós em Moçambique conduzimos como? A esquerda e há países conduzem à direita, e se você chega aqui se mete a conduzir à direita, você pode fazer acidentes, então é preciso que você conduzia à direita para que você possa viver connosco, mas quando eu for ao teu país, vou conduzir à esquerda ou à direita conforme as regras do seu país. Se eu chego e faço coisas que são contrárias ao viver comum das pessoas, em vez de eu ser uma pessoa que é acolhida, poderei ser rejeitada. Então, é preciso acolher aqueles que vem, sejam acolhidos de boa maneira, mas é preciso que respeitem ao modo de vida local.

Quando estávamos a discutir esta manhã sobre o Islão por exemplo, começaram a chegar nas mesquitas em Cabo Delgado pessoas que não tiravam sapatos quando entravam nas mesquitas e diziam ser muçulmanos. Eu que não sou muçulmano, mas não me passaria pela cabeça não tirar sapatos porque é uma questão de respeitar as regras de funcionamento daquela sociedade, e aqueles que vem para nos ajudar e para viver connosco, são bem-vindos, mas é preciso que defendamos o espaço nacional da chegada daqueles que vão nos criar problemas. O jihadismo é um problema, e se ele vem da Tanzânia ou vem do Quênia ou vem da Somália é um problema que temos que nos defender dele.

Nós temos que continuar a ser um país aberto, temos que acolher aqueles que batem a nossa porta, aqueles que escolhem vir a moçambique porque podem realizar os negócios aqui e porque são apaixonados pelo nosso país, casaram com moçambicanas, porque querem viver neste lugar. As



razões podem ser colectivas ou individuais, pode ser guerra, secas. Como nos queremos ser acolhidos pelos outros. A Frelimo foi acolhida na Tanzânia para fazer a guerra e seria contraditório de repente dizer que não queremos ninguém aqui. Então vocês querem emigrar para os outros países, mas não querem ninguém aqui? São as regras de funcionamento e temos que fazer com que esta vinda seja viver com os outros e nos acolhermos reciprocamente e não seja para criar problemas.

Eu lembro-me que passei não sei em que província, uma vez alguém disse-me assim: "Olha para as antenas de televisão, as antenas de televisão e os electrodomésticos que as pessoas compram, compram nos mercados nos grandes mercados, e muitas vezes quem trazia as pessoas da África Ocidental, porque se as pessoas tivessem que ir comprar nas lojas, nunca teriam televisão. Então quer dizer este que chega de fora não te trazem só coisas más, então você quando fala deles, tem que reconhecer o bem que fazem e não pode limitar-se a dizer que fazem coisas erradas, quando faz coisas erradas tem de corrigi-los, e quando fazem coisas boas tem que elogiá-los, então a presença do outro não é nunca um problema. É um problema a postura que o outro tem e o espaço que nós abrimos.

Se você é um muçulmano que não tira sapatos na mesquita cria problemas, mas se você é um cristão que chega e começa a criar seitas que não respeitam a Constituição é um problema. Sabe? Quando você encontra com alguém que vem de um outro mundo, ele enriquece o que você é, há coisas que ele sabe e faz que você não sabe. Essa aprendizagem faz-nos crescer, então Moçambique tem que ser um país que acolhe e aceita que os outros venham viver connosco. A gente tem que sempre zelar para que esses outros que chegam não seja factores de desarmonia e de conflitos, mas que se integrem e participem na vida comum do país estamos a construir.

### **Algumas publicações de Severino Ngoenha ...**

NGOENHA, S. **Por uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica**. Porto: Edições Salesianas, 1992

NGOENHA, S. **Filosofia Africana: das independências as liberdades**. Maputo: Paulinas, 1993

NGOENHA, S. CASTIANO, J. **Pensamento Engajado - Ensaio sobre Filosofia Africana**, Educação e Cultura Política. Maputo: Editora EDUCAR, 2011.

NGOENHA, S. **Intercultura: alternativa a governação biopolítica**. Maputo: Publifix, 2013

NGOENHA, S. **A Terceira Questão**. Maputo: Publifix, 2015

NGOENHA, S. **A (Im)possibilidade do momento moçambicano: notas estéticas**. Maputo: Alcance, 2016

NGOENHA, S. **Resistir a Abadon**. Maputo: Paulinas, 2017

NGOENHA, S. **Mondlhane: Regresso ao Futuro**: Maputo. Real Design-Editora, 2019

NGOENHA, S. **Os tempos africanos do mundo**. Maputo: Editor Publifix, 2022.